

Tema: Sector Vitivinícola					Âmbito: Nacional	Tiragem: 60457
Título: Governo quer gerir arranque subsidiado de vinha					Temática: Generalista	GRP: 5.1
2006/09/19	PUBLICO – PRINCIPAL	Pág. 38	Imagem: 1/1		Periodicidade: Diária	Inv.: 1135.00

Governo quer gerir arranque subsidiado de vinha

Regime de voluntariado, como defende Bruxelas, poderia originar debandada de bons produtores

ISABEL ARRIAGA E CUNHA, BRUXELAS

A reforma dos apoios comunitários ao sector do vinho poderá incluir o arranque de vinha subsidiado pela União Europeia (UE) desde que sejam os estados a decidir em que zonas poderá ocorrer. Esta foi a posição ontem defendida pelo ministro da Agricultura, Jaime Silva, durante a segunda discussão dos seus homólogos da UE sobre as pistas de reforma do sector, que foram avançadas pela Comissão Europeia em Junho.

Bruxelas defende que a preservação da competitividade do mundo vitivinícola, que enfrenta a concorrência galopante dos produtores de vinhos mais baratos do "Novo Mundo", impõe a eliminação dos excedentes e a canalização dos apoios europeus para a promoção da qualidade. Este objectivo pressupõe que pelo menos 400 mil hectares – 12 por cento da superfície total vitivinícola da UE – sejam arrancados, num processo que Mariann Fischer-Boel, comissária europeia responsável pela agricultura, concebeu como totalmente voluntário. Mas, para incentivar os produtores menos competitivos a abandonar a produção, a Comissão previu um envelope financeiro global de 2,4 mil milhões de euros de ajudas para lhes permitir "sair do sector com dignidade e algum dinheiro".

Portugal, em conjunto com pelo menos outros 11 países – França, Alemanha, Espanha, Itália, Áustria, República Checa, Eslováquia, Chipre, Eslovénia, Luxemburgo e Malta – defendeu no entanto que a

decisão sobre o arranque subsidiado deverá caber aos estados. Isto de forma a impedir que produtores de regiões demarcadas e de vinhos de qualidade sejam incitados pelas ajudas a arrancar a vinha. Nestes casos, se o quiserem fazer terá de ser sem ajudas, defendem.

"Queremos uma reforma de fundo, mas que tenha em conta as particularidades das diferentes regiões europeias", defendeu Jaime Silva. "Portugal é o país com maior variedade de castas – 241 – que é que nos dá uma vantagem comparativa". Dos 240 mil hectares de vinha existentes no país, 125 mil estão em regiões demarcadas. O que, para o ministro, significa que "em Portugal há lugar para algum arranque" na "produção sem mais-valias", mas que "não chega sequer a 10 por cento dos 400 mil hectares" pretendidos ao nível da UE. "Isso já seria exageradíssimo", enfatizou.

A questão, explicou, é que "temos uma reestruturação que foi iniciada há anos, que começa agora a dar os seus frutos e que nos permitirá ter uma situação do mercado equilibrada dentro de dois ou três anos. É por isso que não queremos arranque da vinha de qualidade que teve ajudas à reestruturação", justificou. ■



Jaime Silva